

**ATA NÚMERO 201/XIII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 30 dias do mês de maio de 2018, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**09:30**

- 1. Aprovação da ata n.º 200;**
- 2. Apreciação e discussão do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 839/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Impede as cativações de verbas nas entidades reguladoras (2.<sup>a</sup> alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras)"; Autora: Mariana Mortágua (BE)**
- 3. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 1623/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - "Descativação de verbas do orçamento da entidade reguladora da saúde";**
- 4. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 883/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - "Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais (7.<sup>a</sup> alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.<sup>a</sup> alteração ao CIMI)" Comissão competente: Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;**
- 5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1481/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de atribuição de uma pensão de preço de sangue provisória";**
- 6. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) - "Institui a obrigatoriedade das instituições bancárias refletirem totalmente a descida da Euribor nos contratos de crédito à habitação e ao consumo";**
- 7. Escrutínio de iniciativas europeias;**
- 8. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1653/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Redução do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)";**

**9. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.ª (CDS-PP) - "Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP)"; Cabe ao GP PSD**

**10. Outros assuntos.**

**10:00**

**Audição do Ministro das Finanças, sobre o Novo Banco.**

---

**09:30**

O Senhor Vice-Presidente conduziu os trabalhos.

**1. Aprovação da ata n.º 200;**

A ata foi aprovada por unanimidade

**2. Apreciação e discussão do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 839/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - "Impede as cativações de verbas nas entidades reguladoras (2.ª alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras)";**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) lembrou que este parecer estava a ser discutido pela terceira vez. Fez notar que foram elaboradas duas Notas Técnicas (NT) e que, logo na primeira foi expressa a dúvida sobre a possibilidade desta alteração à Lei-quadro se sobrepor ou condicionar a Lei do Orçamento de Estado, sendo que a segunda NT manifesta uma opinião ainda mais vincada sobre tal impossibilidade. Reiterou a sua posição de que a política deverá prevalecer sobre as questões formais mas pareceu-lhe, ainda assim, que a opinião dos serviços sobre a questão da hierarquia das normas era forte e determinada, justificando assim a sua inclusão, através de citação de um parágrafo da NT, no parecer. Concluiu solicitando a opinião dos Deputados sobre esta matéria.

Em resposta, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) considerou compreensível que qualquer Deputado relator, atento ao conteúdo da NT, queira refletir no seu parecer eventuais dúvidas suscitadas pelos serviços, como o fez a Deputada Mariana Mortágua. Aproveitou ainda para reiterar a sua opinião acerca do entendimento jurídico expresso na NT, considerando que a nova versão até acrescenta "irracionalidade jurídica".

Entende que cada Deputado(a) relator(a) tem a liberdade de optar por incorporar ou não essa posição e portanto, vê com tranquilidade a opção tomada pela Senhora Deputada Mariana Mortágua. Entende todavia que, os grupos parlamentares (GP) que não se revejam nessa posição também têm liberdade

de reagir. Anunciou que, por tal motivo, o GP do PSD pretende aditar uma Declaração de voto, que deve ser junta ao relatório, informando que o PSD discorda da opinião da nota técnica sobre aquela norma em concreto relativa à relação paramétrica entre a Lei Quadro das Entidades Reguladoras e a Lei do Orçamento do Estado, reconhecendo que a nota técnica não coloca objeções a que o processo legislativo prossiga.

Concluiu agradecendo a disponibilidade da Senhora Deputada Mariana Mortágua para tentar elaborar um texto consensual, conciliando e respeitando todas as diferentes posições.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) destacou a importância da NT para a verificação da conformidade regimental, legal e constitucional das iniciativas legislativas, para sinalizar problemas e deixar alertas, razão pela qual, na sua opinião, a Deputada relatora não poderia ter feito “tábua rasa” da opinião expressa pelos serviços, mesmo sem fixar a sua própria posição sobre a matéria. Considerou portanto ser uma opção válida, pese embora, a iniciativa continue a reunir as condições para ser debatida na generalidade. Saliou também o papel dos serviços na elaboração das NT’s com rigor e total independência.

Aproveitou para referir, não querendo lançar o debate sobre a matéria, que o GP do PS não se revê na posição do PSD sobre a questão em apreço.

Posto à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, com a Declaração de voto do GP do PSD, inscrita na ata da presente reunião.

O Senhor Vice-Presidente solicitou ao PSD que remetesse o texto da aludida Declaração.

**3. Deliberação sobre a sede de discussão do [Projeto de Resolução n.º 1623/XIII/3.ª \(BE\)](#)  
- "Descativação de verbas do orçamento da entidade reguladora da saúde";**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) informou que este Projeto de resolução (PJR) foi apresentado na Comissão de Saúde, na sequência de uma audição. Solicitou assim que a iniciativa seja redistribuída para aquela Comissão.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) considera que este PJR remete para um quadro de análise mais alargado que aconselha a mantê-lo na COFMA. Acresce ainda que está em discussão uma iniciativa legislativa do PSD sobre matéria conexa (cativações).

O Vice-Presidente manifestou a sua opinião de que a matéria em apreciação se enquadra no âmbito das atribuições da COFMA, questionando apenas os detalhes processuais.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) acompanhou a mesma posição de que, do ponto de vista político, este PJR trata de matéria da COFMA.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) defendeu o princípio geral de que, sempre que possível, deve ser respeitado o pedido do proponente. Atento à matéria em apreciação, parece-lhe natural que o PJR seja discutido na Comissão de Saúde. De qualquer modo, também não se oporá a que seja discutido na COFMA, com os Deputados da Comissão da Saúde.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) anuiu, admitindo discutir o PJR na COFMA com a presença dos Deputados da Comissão de Saúde, visto tratar-se de matéria com um outro contexto.

Foi deliberado que o PJR seria apreciado na COFMA, conjuntamente com os Deputados da Comissão de Saúde.

**4. Deliberação sobre elaboração de parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 883/XIII/3.ª \(BE\)](#) - "Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais (7.ª alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.ª alteração ao CIMI)" Comissão competente: Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;**

Em se tratando de iniciativa da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, com conexão à COFMA, o Senhor Vice-Presidente questionou os GP's no sentido de recolher opiniões sobre o eventual interesse e oportunidade da COFMA também elaborar parecer sobre a iniciativa em apreço,

Os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD) e Paulo Sá (PCP) informaram que prescindiam mas que nada teriam a opor se algum GP entendesse elaborar relatório.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) teceu algumas considerações sobre a pertinência desta iniciativa, relacionada com o processo de descentralização, sinalizando o interesse do GP do PS de que a COFMA elabore também relatório.

Cabendo o parecer desta iniciativa ao GP do CDS-PP, foi indicado o Senhor Deputado João Pinto de Almeida.

**5. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 1481/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - "Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de atribuição de uma pensão de preço de sangue provisória";**

A redação final do Projeto de Resolução n.º 1481/XIII/3.ª (PSD) foi fixada sem votos contra.

**6. Fixação da redação final do [Projeto de Lei n.º 90/XIII/1.ª \(BE\)](#) - "Institui a obrigatoriedade das instituições bancárias refletirem totalmente a descida da Euribor nos contratos de crédito à habitação e ao consumo";**

Após votação, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) levantou ainda algumas questões sobre a redação final desta iniciativa, pelo que este ponto da Ordem do Dia foi adiado para a próxima reunião.

**7. Escrutínio de iniciativas europeias;**

O ponto da Ordem do Dia ficou adiado para a próxima reunião.

**8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1653/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - "Redução do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)";**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) informou que este Projeto de Resolução estava já agendado para Plenário (agendamento potestativo), pelo que deveria ser retirado da Ordem do Dia desta reunião.

**9. Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 884/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - "Eliminação do aumento do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos (ISP)";**

Foi indicado autor de parecer o Senhor Deputado António Ventura (PSD).

**10:00**

**Audição do Ministro das Finanças, sobre o Novo Banco.**

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro das Finanças e ao Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, enquadrando a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo CDS-PP, após o que deu a palavra à Senhora Deputada Cecília Meireles do Grupo Parlamentar requerente.

Ainda em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Silva (PSD), João Paulo Correia (PS), Mariana Mortágua (BE), e Miguel Tiago (PCP). O Senhor Ministro das Finanças e o Secretário de Estado Adjunto responderam individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), João Paulo Correia (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP). No período adicional de 2 minutos intervieram os senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD) e Carlos Silva (PSD), tendo o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado Adjunto respondido ao conjunto das questões colocadas.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

Na terceira ronda, intervieram os Senhores Deputados Carlos Silva (PSD), João Paulo Correia (PS), Mariana Mortágua (BE), e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado Adjunto respondido ao conjunto das questões colocadas

A Senhora Presidente agradeceu a presença do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

Não havendo outros assuntos a discutir, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 13:36 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de maio 2018.

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

**Reunião de 30 de maio de 2018**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro  
António Ventura  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Fernando Anastácio  
Inês Domingos  
Jamila Madeira  
João Galamba  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Margarida Marques  
Mariana Mortágua  
Nuno Sá  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Leal Coelho  
Ana Rita Bessa  
Cristóvão Norte  
Fernando Virgílio Macedo  
Jorge Gomes  
Jorge Paulo Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins